JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.11.08 06:08:39 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 8 de novembro de 2023 • Nº 1678 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CRÉDITO

BC: renda cresce mais que as dívidas

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse ontem que o endividamento das famílias tem se reduzido em 12 meses porque a renda tem crescido mais rápido que as novas dívidas. O endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro fechou o mês de agosto em 48%, maior do que em julho (47,8%). Em 12 meses, entretanto, a queda é de 1,7 ponto percentual. Os dados constam de estatísticas divulgadas ontem pelo BC. O recorde da série histórica ocorreu em julho de 2022 (50,1%). Se forem descontadas as dívidas imobiliárias, o endividamento ficou em 30,4% no oitavo mês de 2023, contra 30,2% em julho. PÁGINA 2

COMPETITIVIDADE

Lula diz que Estado pode ser indutor do crescimento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o governo federal não venderá ativos públicos, mas fará com que eles se tornem competitivos e compartilhem relação com a iniciativa privada. Ao enaltecer a importância do Estado e dizer que ele pode ser um indutor do crescimento, Lula disse que o governo utilizará os bancos públicos não para prejudicar bancos privados, mas para trazer alternativas. Segundo ele, se o Estado se colocar como "indutor de desenvolvimento de um país", é possível ter o Estado "fazendo investimento sadio para a gente crescer". PÁGINA 3

COM EMENDAS

Comissão aprova relatório da reforma tributária no Senado

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Por 20 votos a 6, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem o texto da reforma tributária sobre o consumo. Após a votação do texto-base, os senadores passaram a apreciar os destaques, mas um acordo com o governo fez com que todos fossem rejeitados. A expectativa é que a proposta de emenda à Constituição vá hoje a votação no plenário do Senado. Horas antes da votação da CCJ, o relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM) (**foto ao centro**) acolheu novos pedidos para incluir exceções no texto. Entre as mudanças, estão benefícios a clubes de futebol, taxistas e a ampliação de uma contribuição para a região Centro-Oeste. O relator também aceitou incluir o gás de cozinha no mecanismo de cashback (devolução de dinheiro) para a população de baixa renda. PÁGINA 3

OUTUBRO

Confiança do consumidor registra alta de 4,8%

A confiança do consumidor brasileiro aumentou pelo quinto mês consecutivo, segundo o Índice de Confiança (INC) realizado pela PiniOn a pedido da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). A pesquisa aponta que o INC alcançou a marca de 110 pontos em outubro, alta de 4,8% em relação a setembro e de 11,1% em comparação com setembro de 2022. O levantamento ouviu 1.750 famílias de todo o país e mostrou que houve aumento do medidor em quase todas as regiões, exceto no norte do país, onde houve um pequeno declínio. PÁGINA 2

AUTOMÓVEIS

RAFAEL WALLACE/RJ.GOV.BR

Nissan produzirá dois novos utilitários esportivos em fábrica de Resende

A Nissan anunciou que produzirá dois novos utilitários esportivos em sua fábrica em Resende (RJ). Os investimentos contemplam a montagem de motores turbo que vão equipar carros da marca. "Estamos atentos à transformação global, mas confiantes de que a Nissan seguirá avançando e que o Brasil e a América do Sul terão papel de liderança nesse crescimento", disse o presidente da Nissan, Makoto Uchida, ao lado do governador Cláudio Castro (**foto**). PÁGINA 4

TSE

Bolsonaro e Braga Netto são condenados de novo

PÁGINA 3

PORTUGAL

Premiê renuncia em meio a escândalo de corrupção

PÁGINA 4

ACSP

Apagão causa perda de R$ 126 mi ao comércio

PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,71% / 119.268,06 / 836,81 / Volume: R$ 28.408.685.035 / Negócios: 4.392.851

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	1.77	+23.78	+0.34
CASAS BAHIA ON NM	0.570	+11.76	+0.060
HAPVIDA ON NM	4.32	+8.54	+0.34
GRUPO SOMA ON NM	5.960	+7.58	+0.420
AREZZO CO ON NM	62.57	+7.53	+4.38

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
PETRORIO ON NM	46.82	−2.48	−1.19
PETROBRAS ON N2	37.65	−2.21	−0.85
VALE ON NM	70.08	−1.99	−1.42
PETROBRAS PN N2	34.92	−1.66	−0.59
BRF SA ON NM	12.60	−1.56	−0.20

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	70.08	−1.99	−1.42
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	28.98	+2.80	+0.79
PETROBRAS PN N2	34.92	−1.66	−0.59
BRADESCO PN EJ N1	15.15	+2.64	+0.39
BRASIL ON NM	51.02	+1.13	+0.57

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.152,6	+0,17
NASDAQ Composite	13.639,855	+0,90
CAC 40	6.986,23	-0,39
FTSE 100	7.410,04	-0,10
DAX	15.152,64	+0,11
Ftse Mib	28.397,75	-0,68

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	0,50% (out.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA-15**	0,21% (out.)	Compra: 5,2476	Venda: 5,4276
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/11)	12,25%	(01/11)	12,15%	Compra: 4,8670	-0,67%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(07/11)	0,5531%	BM&F/grama	R$ 307,22	Compra: 4,8744	Venda: 4,8750
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(07/11)	0,0528%	Compra: 5,2129	Venda: 5,2135	Compra: 4,8869	Venda: 5,0669

MERCADOS

Em alta pela quinta sessão consecutiva, Ibovespa sobe 0,71%

LUÍS EDUARDO LEAL E ANTONIO PEREZ/AE

Divulgada pela manhã, a ata relativamente benigna do Copom, que contribui para o mercado precificar mais dois cortes de meio ponto porcentual na Selic nas próximas reuniões, em dezembro e janeiro, formou boa combinação com o recuo dos rendimentos dos Treasuries e dos preços do petróleo ontem, contribuindo para o quinto avanço consecutivo do Ibovespa, aos 119.268,06 pontos, alta de 0,71% na sessão. Assim, atingiu o maior nível de fechamento desde 14 de setembro, então aos 119 391,55 pontos.

Ontem, o índice oscilou dos 118.026,33 aos 119.576,62 pontos (0,97%), saindo de abertura aos 118.422,18 pontos. O giro financeiro subiu a R$ 28,4 bilhões na sessão. Na semana, o Ibovespa acumula ganho de 0,94% e, no mês, avança 5,41%, recolocando a alta do ano a 8,69%.

No fim da tarde, a aprovação por ampla margem (20 votos a seis) do relatório da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado ajudou a fortalecer a confiança dos investidores, levando o Ibovespa um pouco mais adiante, nas máximas da sessão. Também foi benéfica a aprovação de relatório preliminar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com a manutenção da meta de déficit zero para 2024, na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso.

Na B3, o bom desempenho das ações de bancos, no dia seguinte à divulgação do balanço trimestral do Itaú (PN 2,80%), foi o contraponto à correção em Vale (ON -1,99%) – terceira maior perda entre os componentes do Ibovespa na sessão, com a moderada retração de preço do minério na China. Petrobras (ON -2,21%, PN -1,66%) também figurou entre as maiores quedas de ontem. Prio (-2,48%) e BRF (-1,56%) completaram a lista das principais perdas do dia.

A terça-feira foi de correção para os preços do petróleo em Londres e Nova York, em baixa acima de 4%, o que o levou a ser negociado nas mínimas desde julho, com o fortalecimento do dólar e em meio a sinais de arrefecimento da demanda chinesa pela commodity.

O forte ajuste nas cotações do insumo contribui para amenizar os receios em torno da trajetória da inflação global, com efeito benéfico para os rendimentos dos títulos do Tesouro americano, cujo avanço tem sido um fator de preocupação. Em novo sinal de alerta sobre a maior economia asiática, a China reportou queda de 6,4% nas exportações, na base anual - leitura bem pior do que o mercado esperava.

"Usufruímos hoje (ontem) de movimento semelhante ao da última sexta-feira, quando o mercado digeria relatório sobre emprego mais fraco nos Estados Unidos, ao fim de uma semana de decisões sobre juros lá como aqui. E esses dados da sexta-feira tiraram pressão da curva de juros americana, com efeito também para as curvas ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Houve adição de prêmios de agosto a outubro, afetando os ativos fora dos Estados Unidos, um período em que se viu apreciação do dólar e depreciação desses ativos. Neste começo de novembro, parece estar havendo certa reversão desse movimento", diz Matheus Spiess, analista da Empiricus Research.

Nesse contexto de busca por ativos depreciados, na ponta do Ibovespa destaque para as ações das varejistas Magazine Luiza (23,78%) e Casas Bahia (11,76%), à frente de Hapvida (8,54%) e Soma (7,58%). Destaque também, entre os bancos, para Bradesco (ON 2,06%, PN 2,64%) e Santander (Unit 2,77%, na máxima do dia no fechamento).

O desempenho de grandes nomes do setor financeiro foi beneficiado, na sessão, pelos números trimestrais do Itaú, divulgados na noite anterior. O banco trouxe "resultados sólidos, com destaque para a qualidade da carteira de crédito, cuja inadimplência está abaixo do mercado, e para números fortes de margem financeira com clientes", aponta a analista Júlia Aquino, da Rico Investimentos, acrescentando que Itaú tem o terceiro maior peso no Ibovespa, atrás apenas de Vale e Petrobras.

"A ata do Copom, referente à reunião que trouxe a Selic para 12,25% ao ano, sacramentou praticamente outro corte de meio ponto para dezembro, que colocará a taxa de juros a 11,75% no fechamento do ano. O ritmo de corte é considerado ainda apropriado, mas houve mensagem sobre o fiscal, após as falas recentes do ministro Haddad e do presidente Lula", diz Paulo Henrique Duarte, economista da Valor Investimentos, referindo-se a sinais do governo no sentido de possível flexibilização do compromisso de déficit primário zero para 2024.

"O Copom considera importante que o governo busque a execução das metas fiscais já estabelecidas, de forma a manter a ancoragem das expectativas de inflação para o ano que vem, as quais vêm aumentando nas últimas leituras do Focus por conta das incertezas sobre o fiscal", acrescenta o economista.

"O conteúdo da ata deu grande peso ao ambiente de incerteza, com destaque para o cenário global, o que demanda serenidade e moderação na condução da política monetária. Além da sinalização de manutenção do ritmo de queda de 50 bps nas próximas reuniões caso se confirme o cenário esperado, fica claro que saiu do radar do Copom, pelo menos nesse momento, a possibilidade de aceleração do ritmo", observa em nota Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren Investimentos.

No exterior, a realização vista especialmente nos títulos de 10 anos do Tesouro americano contribuiu para o moderado apetite por ações em Nova York, onde o destaque ficou com o Nasdaq (0,90% no fechamento), mais exposto à perspectiva de curto prazo para a taxa de juros de referência nos EUA.

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem em queda de 0,26%, cotado a R$ 4,8750 – menor valor de fechamento desde 19 de setembro. Foi o quinto pregão consecutivo de baixa da moeda americana no mercado doméstico, que já acumula desvalorização de 3,30% em novembro. Na mínima, a divisa rompeu o nível de R$ 4,86 (R$ 4,8593).

CRÉDITO

BC: renda cresce mais rápido que novas dívidas

EDUARDO RODRIGUES/AE

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse ontem que o endividamento das famílias tem se reduzido em 12 meses porque a renda tem crescido mais rápido que as novas dívidas.

O endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro fechou o mês de agosto em 48%, maior do que em julho (47,8%). Em 12 meses, entretanto, a queda é de 1,7 ponto percentual. Os dados constam das Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas ontem pelo Banco Central (BC).

O recorde da série histórica do Banco Central ocorreu em julho de 2022 (50,1%). Se forem descontadas as dívidas imobiliárias, o endividamento ficou em 30,4% no oitavo mês de 2023, contra 30,2% em julho.

Segundo os dados do BC para o mês de agosto, o comprometimento de renda das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) terminou o mês em 27,5%. Em julho, o percentual era de 27,6%. O recorde da série foi registrado em junho de 2023, com 28,4%. Descontados os empréstimos imobiliários, o comprometimento da renda se manteve em 25,5% no sétimo mês do ano, mesmo patamar de julho.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC disse que a taxa de crescimento do crédito ampliado está em desaceleração. "O crescimento em 12 meses, que já foi superior a 11% no começo do ano, agora está em 7,1%", destacou.

O saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro caiu 0,5% em setembro ante agosto, para R$ 15,467 trilhões. O montante equivale a 147% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

O crédito ampliado inclui, entre outras, as operações de empréstimos feitas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e as operações com títulos públicos e privados. A medida permite uma visão mais ampla sobre como empresas, famílias e o governo geral estão se financiando, ao abarcar não apenas os empréstimos bancários.

No caso específico de empresas, o saldo do crédito ampliado avançou 1,9% em setembro ante agosto, para R$ 5,458 trilhões. O montante equivale a 51,9% do PIB. "Os títulos têm se mostrado uma fonte adicional, complementar ou mesmo substituta do crédito bancário para as empresas. A participação do mercado de capitais vem crescendo, representando mais de 28% de todo o crédito disponível para pessoas jurídicas", completou Rocha.

Rocha destacou que, ao contrário do que vinha ocorrendo em meses anteriores, o crédito para empresas foi mais dinâmico que o crédito para as famílias em setembro. Ele explicou, porém, que o crescimento dos financiamentos para pessoas jurídicas é sazonal, concentrado em desconto de duplicatas e recebíveis e antecipação de faturas de cartão.

O estoque total de operações de crédito do sistema financeiro subiu 0,8%, para R$ 5,575 trilhões, de agosto para setembro. Em 12 meses, houve alta de 8%. Em setembro ante agosto, houve alta de 0,3% no estoque total para pessoas físicas e elevação de 1,6% no estoque para pessoas jurídicas.

Considerando apenas o estoque do crédito livre, houve crescimento de 0,8% no nono mês de 2023, com estabilidade no saldo para pessoas físicas e alta de 1,9% para empresas. "O saldo de crédito mantém taxas positivas, mas desacelera em períodos mais longos", completou Rocha.

Proporção de famílias endividadas cai a 76,9% em outubro, informa a CNC

Daniela Amorim/AE

A proporção de famílias endividadas no país recuou de 77,4% em setembro para 76,9% em outubro, menor nível desde fevereiro de 2022, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Há um ano, em outubro de 2022, a fatia de endividados era de 79,2%.

A fatia de inadimplentes também diminuiu, passando de 30,2% em setembro para 29,7% em outubro. Em outubro de 2022, a proporção de famílias com contas em atraso era de 30,3%.

"A inflação corrente mais comportada e o mercado de trabalho formal ainda absorvendo pessoas de menor instrução favorecem os orçamentos domésticos, fazendo com que menos pessoas recorram ao crédito. As políticas de transferência de renda mais robustas (valorização do Bolsa Família e salário mínimo, saques alternativos do FGTS) também auxiliam a renda disponível e a redução do volume de consumidores endividados", justificou a CNC, em nota.

A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

Na passagem de setembro para outubro, a melhora no endividamento foi puxada pelas classes de renda mais baixas. No grupo com renda familiar mensal de até três salários mínimos, a proporção de endividados caiu de 79,4% em setembro para 78,7% em outubro.

Na classe média baixa, com renda de três a cinco salários mínimos, a proporção de endividados diminuiu de 77,9% para 77,2% No grupo de cinco a dez salários mínimos, houve elevação de 74,3% para 74,9%. No grupo com renda acima de dez salários mínimos mensais, essa fatia ficou estável em 74,9%.

Quanto à inadimplência, no grupo com renda familiar mensal de até três salários mínimos, a proporção de famílias com dívidas em atraso recuou de 38,6% em setembro para 37,7% em outubro. Na classe média baixa, com renda de três a cinco salários mínimos, a proporção de inadimplentes caiu de 27,6% para 26,8%. No grupo de cinco a dez salários mínimos, houve aumento de 22,1% para 23,2%. No grupo que recebe acima de dez salários mínimos mensais, a fatia de inadimplentes ficou estável em 14,8%.

A proporção de famílias que afirmam não terem condições de pagar as dívidas atrasadas, permanecendo assim inadimplentes, ficou estável em 13% na passagem de setembro para outubro.

"A redução dos juros e as renegociações de dívidas começam a ser sentidas pelos consumidores. No entanto, do total de consumidores com atrasos, 48,5% estão com atrasos acima de 90 dias, proporção que ainda mostra crescimento (6,6 pontos no ano)", ressaltou a CNC.

O cartão de crédito manteve a liderança como modalidade de dívida mais utilizada, citada por 87% dos entrevistados, seguida por carnês (17%), crédito pessoal (9,4%), financiamento de casa (8%) e financiamento de carro (7,8%).

ACSP

Confiança do consumidor sobe em outubro pelo quinto mês seguido

ISABELA MENDES/AE

A confiança do consumidor brasileiro aumentou pelo quinto mês consecutivo, segundo o Índice de Confiança (INC) realizado pela PiniOn a pedido da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) A pesquisa aponta que o INC alcançou a marca de 110 pontos em outubro, alta de 4,8% em relação a setembro e de 11,1% em comparação com setembro de 2022.

Por estar acima dos 100 pontos, considera-se que o índice figura no campo otimista, que se justifica pela sensação de melhora geral na situação financeira da população. O levantamento ouviu 1.750 famílias tanto das capitais quanto de cidades do interior do Brasil, e mostrou que houve aumento do medidor em quase todas as regiões, exceto no norte do país, onde houve um pequeno declínio.

As classes A, B e C registraram crescimentos mais significativos no INC. Mas, em perspectivas gerais, todas as classes tiveram alta na confiança, que inclui as expectativas sobre a situação financeira futura dos núcleos familiares. O índice mede, sobretudo, a disposição dos entrevistados em comprar itens de valores maiores como imóveis e automóveis, além da propensão a adquirir bens duráveis, como eletrodomésticos. O estudo analisa também a probabilidade desses indivíduos realizarem investimentos, dado que manteve estabilidade em patamar elevado.

A variação positiva nas finanças familiares, impulsionada pela redução nos juros, programas de transferência de renda, queda na inflação, aumento da ocupação e melhora nas perspectivas do mercado possibilita a projeção de uma recuperação nas vendas do setor varejista no fim deste ano, fechando 2023 com crescimento de 1,9%, segundo estimativa do Instituto de Economia Gastão Vidigal da ACSP (IEGV/ACSP).

Nota

EXPEDIÇÃO DE CAIXAS E PAPELÃO ONDULADO CAI 1,3% EM SETEMBRO

As expedições de caixas, acessórios e chapas de papelão ondulado somaram 344,942 mil toneladas em setembro, valor 1,3% menor na comparação com o mesmo mês de 2022. Apesar da queda, o resultado se mantém acima da faixa de 340 mil toneladas, destacou a Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel). O volume de expedição por dia útil foi de 13,798 mil toneladas em setembro, queda de 2,4% na comparação interanual. A quantidade de dias úteis no mês foi igual ao mesmo período de 2022. De acordo com a Empapel, o Índice Brasileiro de Papelão Ondulado (IBPO) recuou 2,4% em setembro na comparação com o mesmo mês do ano anterior, para 153,6 pontos. Nos dados livres de influência sazonal, o resultado de setembro registra queda de 2,4%, para 149,2 pontos.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 32º 15º 5% 05:15 18:25 **PRIMAVERA:** Sol com muitas nuvens. Não chove.

COM EMENDAS

Comissão aprova relatório da reforma tributária no Senado

WELLTON MÁXIMO
E PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Por 20 votos a 6, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem o texto da reforma tributária sobre o consumo. Após a votação do texto-base, os senadores passaram a apreciar os destaques, mas um acordo com o governo fez com que todos fossem rejeitados.

A expectativa é que a proposta de emenda à Constituição vá hoje a votação no plenário do Senado. Horas antes da votação da CCJ, o relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM) acolheu novos pedidos para incluir exceções no texto. Entre as mudanças, estão benefícios a clubes de futebol, taxistas e a ampliação de uma contribuição para a região Centro-Oeste. O relator também aceitou incluir o gás de cozinha no mecanismo de cashback (devolução de dinheiro) para a população de baixa renda.

Das 777 emendas apresentadas ao relator, 247 foram acatadas. Entre as mudanças aceitas de última hora, está a emenda do senador Mecias de Jesus (Republicanos-MA), que estende ao gás de cozinha o cashback. A versão anterior do parecer tinha incluído a energia elétrica no mecanismo de ressarcimento de tributos às pessoas mais pobres.

Outra mudança está no tratamento diferenciado a clubes de futebol. Proposta pelo senador Carlos Portinho (PL-RJ), a emenda mantém o recolhimento unificado de tributos pelas Sociedades Anônimas do Futebol. Segundo Braga, esse mecanismo jurídico tem ajudado a recuperar a saúde financeira dos clubes. O relatório já previa que as atividades esportivas pagariam alíquota reduzida em 60% da futura Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O novo parecer incluiu benefícios para taxistas comprarem veículos. Braga acolheu emenda da senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), que manterá a isenção na compra de automóveis por taxistas e por pessoas com deficiência ou consideradas dentro do espectro autista. O relatório anterior extinguiria o benefício, com a unificação de tributos.

Braga acatou ainda uma emenda do senador Marcelo Castro (MDB-PI) para restaurar a alíquota reduzida para atividades de restauração urbana de zonas históricas. O benefício estava no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, mas havia sido excluído na primeira versão do parecer do relator.

Outros benefícios incluídos no relatório são a alíquota zero para medicamentos e dispositivos médicos comprados pelo governo e por entidades de assistência social sem fins lucrativos, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES). Braga também acolheu emendas dos senadores Espiridião Amin (Progressistas-SC) e Izalci Lucas (PSDB-DF) para zerar a alíquota de IBS, tributo administrado pelos estados e municípios, para serviços prestados por instituições científicas, tecnológicas e de inovação sem fins lucrativos. Na versão anterior, apenas a CBS, tributo federal, teria a alíquota zerada.

ENERGIA

Apagão causou perdas de R$ 126 milhões ao comércio, diz ACSP

DA REDAÇÃO

O comércio na região metropolitana de São Paulo pode ter deixado de arrecadar até R$ 126 milhões devido à falta de energia desde a última sexta-feira, quando uma tempestade atingiu a região, estimou a Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

A estimativa é baseada no volume movimentado diariamente na Grande São Paulo. Na avaliação do economista da ACSP Ulisses Ruiz de Gamboa, o prejuízo se dá, principalmente, por reduções nas compras imediatas e por impulso dos consumidores, resultado das restrições no fluxo de clientes.

Segundo a Associação de Bares e Restaurantes (Abrasel), até a manhã de segunda-feira 15% dos estabelecimentos do setor afetados ainda estavam sem energia na capital. Em 23,4% dos estabelecimentos do setor, a Enel demorou mais de 24 horas para restabelecer a energia, e 46,8% dos responsáveis alegam que tiveram prejuízos de leves a moderados por causa da falta de luz.

Ainda segundo a Abrasel, quase metade (49%) dos proprietários dos estabelecimentos considerou insatisfatória a resposta da Enel sobre o restabelecimento da energia no estado.

No total, foram 2,1 milhões de imóveis afetados pela falta de energia desde a tempestade, informou a concessionária Enel. Ontem, pelo menos 200 mil imóveis ainda estavam sem energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, atendidos pela concessionária. O balanço foi divulgado pela própria Enel ontem de manhã e cerca de 90% dos imóveis tiveram o serviço restabelecido.

Alguns pontos seguem com as atividades prejudicadas, a exemplo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que anunciou a suspensão, ontem, das atividades acadêmicas regulares, assim como eventos presenciais no campus de Perdizes, na zona oeste.

"A Enel colocou quase 3 mil profissionais nas ruas que seguem trabalhando 24 horas por dia para agilizar os atendimentos e normalizar o fornecimento para quase a totalidade dos clientes até esta terça-feira, conforme anunciado em reunião com o prefeito de São Paulo", informou a companhia.

Também ontem, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, afirmou que foram abertos processos de fiscalização, por empresa, para apuração de responsabilidade, procedimentos de recomposição do serviço e aplicação de eventuais sanções pela falta de energia no estado de São Paulo nos últimos dias.

"Técnicos da Aneel e da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) estão em diligência de fiscalização, coletando informações e acompanhando o processo de recomposição, sendo já solicitada a abertura formal de processos de fiscalização, por empresa", afirmou.

Feitosa classificou o problema provocado pelas fortes chuvas e ventos no estado na sexta-feira como "gravíssimo." Além dos processos de fiscalização, a agência reguladora solicitou às empresas que priorizem a análise dos processos de ressarcimento por danos elétricos em função das falhas e interrupções no fornecimento de energia elétrica.

COMPETITIVIDADE

Lula diz que bancos públicos serão alternativas ao crescimento

SOFIA AGUIAR/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o governo federal não venderá ativos públicos, mas fará com que eles se tornem competitivos e compartilhem relação com a iniciativa privada. Ao enaltecer a importância do Estado e dizer que ele pode ser um indutor do crescimento, Lula disse que o governo utilizará os bancos públicos não para prejudicar bancos privados, mas para trazer alternativas.

Na avaliação do presidente, não é preciso diminuir o Estado para valorizar a iniciativa privada. Segundo ele, se o Estado se colocar como "indutor de desenvolvimento de um país", é possível ter o Estado "fazendo investimento sadio para a gente crescer".

"Tenho fé em Deus e tenho fé no nosso governo que vamos utilizar os bancos públicos não para prejudicar bancos privados, mas para oferecer alternativas e oportunidades de créditos a juros mais baratos, de longo prazo, para que a indústria brasileira se transforme definitivamente numa indústria competitiva", disse Lula, em fala na abertura do 6º Brasil Investment Forum - BIF 2023 ontem no Palácio do Itamaraty, em Brasília. "No nosso governo, a gente não vai tentar vender a cama para a gente dormir no chão, a gente não vai vender ativos públicos, vamos fazer com que eles se tornem tão competitivos e que compartilhem relação com iniciativa privada para que a gente possa melhorar."

O chefe do Executivo comentou que os Estados Unidos estão tentando subsidiar a chamada indústria verde para financiar uma nova matriz energética. "Nós não vamos subsidiar, vamos apenas incentivar e, se depender da vontade do governo, quem quiser fazer investimento para produzir carro verde, bicicleta verde, carne verde, não precisa procurar, tem um lugar chamado Brasil", afirmou.

Em fala direcionada ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Geraldo Alckmin, Lula questionou: "Ao invés de 600 e pouco bilhões de dólares de comercio exterior, por que a gente não estabelece meta de chegar a 1 trilhão de dólares de comércio exterior e vamos buscar isso?"

No acumulado do ano até outubro, o Brasil já acumula US$ 80,2 bilhões de saldo na balança comercial, e US$ 484,7 bilhões de corrente comercial, segundo dados do MDIC. A previsão é de que, ao final do ano, a corrente alcance o patamar de US$ 575,3 bilhões.

Para Haddad, país pode e deve investir, mas tem de saber fazê-lo

AMANDA PUPO E FERNANDA TRISOTTO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o Brasil "pode e deve investir e gastar", mas precisa fazê-lo de maneira que garanta a sustentabilidade no médio e longo prazo das contas públicas. Em participação no 6º Brasil Investment Forum, Haddad reconheceu que a tarefa de organizar da trajetória fiscal do País não é "simples", mas defendeu que é preciso ter convicção no trabalho, além de compreensão por parte de todos os Poderes.

"Tenho feito questão de frisar os desafios colocados, não menosprezamos", disse o ministro, citando, novamente, o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que exclui o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, além de outras medidas aprovadas no Congresso que afetaram as contas públicas.

"Seria erro grande imaginarmos que a tese do século, que acarretou passivo, não fosse ter consequências na nossa balança. Seria leviano se não apresentasse conjunto de medidas aprovadas pelo congresso, não por essa legislatura, que têm impactado as finanças públicas, muitas vezes à revelia do Executivo, que em várias oportunidades chegou a vetar dispositivos que não agregavam no sistema tributário", comentou ele, que lidera a ala no governo responsável por defender que o Executivo mantenha a meta de déficit zero no orçamento do próximo ano.

Haddad repetiu também que sua equipe está fazendo os ajustes "necessários" nas contas que foram "desorganizadas" por muitos anos e geraram uma "herança fiscal" para a atual gestão.

O ministro defendeu ainda que chamar atenção para essa disciplina não significaria ser "ortodoxo", mas, sim, alguém que aponta para a necessidade de planejamento.

"Brasil pode e deve investir, gastar, mas tem que saber fazê-lo de maneira que taxa de retorno tem que ser suficiente para garantir sustentabilidade no médio e longo prazo das contas pública. Isso é zero com a coisa pública, que o recurso público, tão difícil de arrecadar, segue ao seu destino final, na população que precisa", concluiu o ministro.

Nota

CONSTRUTORA DE PRÉDIO DE LUXO IRREGULAR É IMPEDIDA DE TENTAR CONTRATOS COM PREFEITURA

A Justiça de São Paulo decidiu pela manutenção da proibição de a São José Desenvolvimento Imobiliário firmar contratos com qualquer órgão da prefeitura da capital. A medida foi tomada pela gestão Ricardo Nunes (MDB) em maio, após a identificação de que a construtora ergueu um prédio de luxo sem alvará no Itaim Bibi, bairro nobre da zona sul paulistana. O município defende a demolição do edifício. A São José alega, nos autos da ação, que a prefeitura não teria controle suficiente dos créditos construtivos que permitiriam a obra. Também tem buscado acordo pela regularização e se posicionado contrariamente à possibilidade de demolição.

TSE

Corregedor volta a condenar Bolsonaro e Braga Netto por abuso de poder político

PEPITA ORTEGA/AE

O corregedor-geral-eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, condenou mais uma vez à inelegibilidade o ex-presidente Jair Bolsonaro e o general Walter Braga Netto em razão de abuso de poder político e econômico nas comemorações do Bicentenário da Independência, celebrado no ano passado.

A avaliação é a de que Bolsonaro e Braga Netto 'violaram as expectativas de comportamento que lhes eram impostas por força da condição de candidatos, ao se apropriar da simbologia da data cívica em favor de sua candidatura, com grave afetação da normalidade eleitoral e da isonomia'.

A nova condenação se deu no bojo de uma ação movida pela coligação que patrocinou a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Planalto. Na semana passada, o TSE já havia condenado Bolsonaro e Braga Netto pelos mesmos fatos, no âmbito de ações movidas pelo PDT e pela senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS). A decisão foi dada somente por Benedito Gonçalves e não de maneira colegiada. O corregedor-geral-eleitoral deixa a Corte amanhã, quando será substituído pela ministra Isabel Gallotti.

Ao 'organizar o processo', o ministro antecipou parcialmente a análise do mérito da ação, por considerar que o colegiado já havia decidido sobre o mesmo fato, em outras ações. Cabe recurso da decisão.

O corregedor argumentou que era cabível o julgamento parcial antecipado de mérito uma vez que a situação de Bolsonaro e Braga Netto não é diferente daquela que foi enfrentada pelo TSE no dia 31, quando foi declarada a inelegibilidade do ex-presidente e de seu candidato a vice.

"Na mesma linha de raciocínio, não há motivo para manter pendente a decisão a respeito das condutas dos investigados nesta ação, uma vez que, por maioria, já foram condenados pela prática de condutas idênticas", ponderou. "Agora, é dever de coerência aplicar solução uniforme nas situações em que idênticos pontos controvertidos venham a ser resolvidos à luz de provas idênticas", completou.

A primeira condenação imposta a Bolsonaro, com a declaração de sua inelegibilidade, foi motivada pelo ataque às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral em reunião com embaixadores estrangeiros em Brasília.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 44ª (QUADRAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 44ª (Quadragésima Quarta) Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, ("Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), a **H.COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n. 960, 14 andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.147-0001-50, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), a **MS AVIVAH RESIDENCE CLUB EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na Alameda Bela Aliança n.º 250, sala 8, Jardim América, CEP 89.160-172, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.437.255/0001-63 ("Ms Avivah"), **MS SMART PORTO BELO EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na Alameda Bela Aliança n.º 250, Jardim América, CEP 89.160-172, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.730.341/0001-22 ("Ms Porto Belo"), além dos Titulares dos CRI, a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação, nos termos da Cláusula 11.10.1 do Termo de Securitização da Emissão, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 e 29 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia **27 de novembro de 2023, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRI, para, nos termos da cláusula 14.1.1. do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A substituição do imóvel da Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, dado garantia, em favor da Securitizadora, objeto da matrícula 34.809 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis e Outras Avenças, celebrado em 26 de abril de 2023, entre a MS Itajubá Empreendimentos Ltda., MS Avivah Residence Club Empreendimentos Ltda., MS Smart Porto Belo Empreendimentos Ltda. e a Securitizadora ("Contrato de Alienação Fiduciária Barra Velha"), pelo imóvel objeto da matrícula 66.106 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina ("Imóvel Balneário de Piçarras"); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, autorização para a contratação do escritório Franco Leutewiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), para aditamento dos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização) e auditoria jurídica do Imóvel Balneário de Piçarras, no valor máximo de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser pago diretamente pelo Patrimônio Separado; (iii) Autorização para a Securitizadora, o Agente Fiduciário, a MS Avivah, a MS Porto Belo e as demais partes relacionadas a Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização da AGT para os e-mails fiduciario@commcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "**Documentos para AGT – CRI MELCHIORETTO**", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5 do Termo de Securitização, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 06 de novembro de 2023.

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização e de Distribuição

PRIMAVERA: Sol com muitas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 33º 18º 5% 05:05 18:10

AUTOMÓVEIS

Nissan produzirá dois novos utilitários em fábrica de Resende

EDUARDO LAGUNA/AE

A Nissan anunciou ontem que vai produzir dois novos utilitários esportivos (SUVs, na sigla em inglês) em sua fábrica em Resende, no sul do Rio de Janeiro. A adaptação da unidade aos novos modelos mais do que dobra, para R$ 2,8 bilhões, o plano de investimentos da marca japonesa no Brasil até 2025, que antes era de R$ 1,3 bilhão. Os novos investimentos contemplam também a montagem em Resende de motores turbo que vão equipar carros da marca.

Um dos dois modelos será a nova geração do Nissan Kicks. Na cerimônia do anúncio dos novos investimentos na fábrica de motores que integra o complexo industrial, o presidente e CEO da Nissan, Makoto Uchida, disse que a montadora, com o aumento da produção, vai gerar empregos não apenas em suas fábricas, mas também em fornecedores, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e da América do Sul.

"Estamos atentos à transformação global, mas confiantes de que a Nissan seguirá avançando e que o Brasil e a América do Sul terão um papel de liderança nesse crescimento", declarou Uchida diante do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que participou do evento.

Na segunda-feira, o CEO da Nissan apresentou o novo plano ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em agenda no Palácio do Planalto, em Brasília. Com os novos investimentos, a Nissan vai instalar equipamentos e ampliar a linha para a produção dos dois SUVs.

A montadora informa que esta será a primeira grande evolução da fábrica desde a sua inauguração, em abril de 2014. Além do mercado brasileiro, um dos novos veículos será exportado para mais de 20 países da América Latina. Também está nos planos ampliar a presença de parceiros no entorno do complexo. Pouco antes da cerimônia oficial, quatro novos fornecedores confirmaram que vão se instalar perto da fábrica de Resende.

O plano eleva para R$ 6,2 bilhões os investimentos feitos pela Nissan no Brasil desde a construção da fábrica, empreendimento no qual o grupo desembolsou R$ 2,6 bilhões.

GUERRA

Netanyahu diz que Israel passará a ocupar Gaza

MATHEUS ANDRADE/AE

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, afirmou ontem que, no momento, não haverá cessar-fogo na guerra contra o Hamas, já que isso, no entender dele, seria se render ao rival. "Não acredito que haverá um cessar-fogo generalizado", afirmou. De acordo com Netanyahu, uma condição para que tal medida ocorra é que os reféns que o grupo mantém sejam liberados. A declaração foi dada em entrevista à ABC News.

Netanyahu também disse acreditar que Israel terá, por um período indefinido, a responsabilidade geral pela segurança da Faixa de Gaza. "Vimos o que acontece quando não a temos. Quando não temos essa responsabilidade pela segurança, o que temos é a erupção do terror do Hamas numa escala que não poderíamos imaginar", justificou o premiê.

Entretanto, o vice-porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Vedant Patel, afirmou ontem que os Estados Unidos se opõem aos planos sugeridos pelo governo israelense para a Faixa de Gaza.

Em coletiva de imprensa, Vedant afirmou que "Gaza é terra palestina, e continua sendo terra palestina", e disse que a administração não apoia uma "reocupação" do território.

Sobre as responsabilidades de seu governo nos ataques terroristas de 7 de outubro, Netanyahu afirmou que "a primeira tarefa do governo é proteger o povo e, claramente, não cumprimos isso. Tivemos um grande, grande revés". Questionado se acredita que deveria assumir alguma responsabilidade, o primeiro-ministro respondeu: "Claro, isso não é uma questão. Será resolvido depois da guerra. Acho que haverá tempo para alocar isso".

Na segunda-feira, o Exército de Israel informou que concluiu o cerco total da Cidade de Gaza, a maior do território palestino e o centro das operações do Hamas, de acordo com os israelenses. O enclave foi dividido em duas partes: o norte, ocupado pelos soldados e pelos militantes, e a parte sul, para onde a maioria da população fugiu.

"Hoje, há o norte de Gaza e o sul de Gaza", afirmou o porta-voz das Forças Armadas de Israel, Daniel Hagari. "As tropas chegaram à costa da parte sul da Cidade de Gaza e a cercaram." Hagari afirmou que as tropas israelenses estão realizando ataques a infraestrutura do Hamas em túneis e também no solo.

A imprensa israelense afirma que as tropas devem entrar na Cidade de Gaza nos próximos dias. Segundo Hagari, a entrada na cidade significa uma nova etapa da guerra. Israel afirmou que a sua decisão de dividir o enclave ao meio torna mais difícil para o Hamas controlá-lo. O Exército israelense disse ter atingido cerca de 450 alvos durante a noite de segunda em Gaza, onde um grande apagão de comunicações cortou o serviço de internet e telefone pela terceira vez desde o início da guerra.

PORTUGAL

Premiê renuncia ao cargo em meio a escândalo de corrupção

O primeiro-ministro de Portugal, António Costa, pediu ontem sua demissão do cargo ao presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, em meio a um escândalo de corrupção que levou a uma batida policial na residência oficial, que resultou na detenção de funcionários de seu gabinete.

"A dignidade das funções de primeiro-ministro não é compatível com qualquer suspeição sobre a sua integridade", disse o então premiê durante um anúncio público. "Esta é uma etapa que se encerra".

Ele justificou a sua saída alegando ter sido surpreendido por um inquérito criminal aberto contra ele no Supremo Tribunal de Justiça do país. Costa, no entanto, se defendeu dizendo estar com a consciência tranquila com relação a atos ilícitos.

Mais tarde, ele também informou que não pretende se candidatar novamente ao cargo em meio a especulações sobre o seu futuro.

De acordo com os jornais portugueses, Costa se tornou alvo de uma investigação do Ministério Público em um inquérito instaurado na corte suprema do país para investigar negócios ilícitos envolvendo lítio e hidrogênio verde.

Foram feitas buscas na residência oficial do primeiro-miistro e nos ministérios do Ambiente e de Infraestruturas, com a prisão de funcionários do gabinete de António Costa. Logo após as operações, Costa comunicou que faria uma reunião com o presidente. O Dário de Notícias informou que o encontro durou apenas 15 minutos, antes de Costa comunicar a renúncia.

Brasileira é vítima de xenofobia em aeroporto de cidade portuguesa

Uma brasileira de 35 anos foi vítima de xenofobia no aeroporto da cidade de Porto, em Portugal, na segunda-feira. Imagens gravadas pela própria vítima, que não quis revelar sua identidade ao jornal português Gazeta Bragantina, mostram uma mulher, que se identifica como portuguesa, chamando a brasileira de "porca" e mandando-a "voltar para a sua terra".

As cenas ocorreram quando a brasileira, que tem família em Bragança Paulista (SP), estava voltando para Barcelona, onde atualmente mora e trabalha. Ela, que tem cidadania italiana, vive na Europa há sete anos e relatou ao jornal português que não havia passado por nada parecido.

As ofensas xenofóbicas começaram quando a mala de uma amiga da portuguesa caiu no pé da brasileira enquanto elas desciam escadas rolantes. Ela disse "ai, doeu" e a portuguesa respondeu: "Doeu? É problema seu" começando, então, a ofendê-la, dizendo que ela "não era bem-vinda em Portugal" e "volte para seu país, sua porca". Em meio ao ataque, a mulher também disse que os brasileiros estão "invadindo Portugal".

A vítima acionou um segurança e gravou as ofensas. Em frente às câmeras, a portuguesa grita: "Você pode filmar o que você quiser. Você pode por na internet. Olha aqui a minha carinha. Vai para a sua terra, sua porca. Sou portuguesa de raça. Você, que é brasileira, vai para a sua terra".

"Viajo pela Europa há anos e nunca passei por nada parecido. Precisei voltar à Barcelona por conta do trabalho, mas pretendo tomar providências para que isso não volte a acontecer, não apenas comigo, mas com todos os brasileiros que vivem e trabalham aqui", relatou a vítima ao Gazeta Bragantina.

COPACABANA

Ato homenageia vítimas israelenses

VITOR ABDALA/ABRASIL

Para marcar um mês do ataque do Hamas ao território de Israel, que causou a morte de 1.400 pessoas, a organização não governamental (ONG) Rio de Paz promoveu ontem um ato na Praia de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, para homenagear as vítimas israelenses e pedir a libertação dos reféns levados para a Faixa de Gaza. Fotografias de cerca de 30 crianças sequestradas e 1.400 bandeiras israelenses foram fincadas nas areias da praia.

"Esse ato tem três objetivos: expressar solidariedade aos parentes das vítimas, repudiar o terrorismo e pedir a soltura dos reféns, entre os quais as crianças aqui representadas por essas fotos. Não dá para chamar o que o Hamas fez de luta do oprimido contra o opressor", afirmou Antônio Carlos Costa, presidente da ONG que é conhecida por seus atos contra a violência.

Em resposta à ação do grupo palestino, as Forças Armadas israelenses iniciaram um bombardeio e, posteriormente, uma ofensiva terrestre a Gaza, que duram até hoje e já deixaram cerca de 10 mil mortos, entre eles quase 4 mil crianças, de acordo com o Ministério da Saúde do território palestino.

De acordo com a Agência das Nações Unidas para Refugiados Palestinos (UNRWA), mais de 24 mil ficaram feridos e 2,2 mil estão desaparecidos em Gaza, possivelmente sob os escombros dos bombardeios de Israel.Os ataques israelenses deixaram 1,5 milhão de deslocados – 700 mil buscaram refúgio em abrigos da própria organização.

Na semana passada, a Rio de Paz havia feito um ato protestando contra as mortes provocadas por Israel em Gaza. "Se você silencia diante do que o Hamas fez contra o povo israelense, com que autoridade você vai denunciar as demais violações de direitos que ocorrem no mundo, em especial a morte dessas crianças na Faixa de Gaza? Portanto, nessa guerra, não dá para apoiar incondicionalmente nenhum dos lados", afirmou Antônio Carlos.

VISITA

Rei de etnia angolana vai à Pequena África

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Pequena África, região portuária do Rio de Janeiro repleta de traços da chegada e da herança de africanos escravizados durante a colonização portuguesa, foi cenário ontem da visita do líder do maior grupo étnico de Angola, Ekuikui VI Tchongolola Tchongonga.

Monarca do reino do Bailundo, no planalto central da República de Angola, Ekuikui VI exerce uma liderança respaldada em costumes tradicionais. O reino foi criado por volta de 1700 e já teve status de independente. Atualmente, não é reconhecido como um estado, apesar de o rei ter influência sobre a comunidade tradicional local.

A visita à região onde fica o Cais do Valongo – porto pelo qual se estima que tenham chegado ao Brasil cerca de 1 milhão de africanos escravizados – é um marco simbólico da primeira viagem do rei ao país. "É a razão de estarmos aqui. Temos muito trabalho aqui no Rio de Janeiro. Visitar os nossos irmãos e reduzir um bocado da saudade que o oceano, ao longo de muito tempo, não permitiu", disse.

Apesar de o português ser o idioma oficial em Angola, Ekuikui VI fez questão de conversar com jornalistas em umbundu, a segunda língua mais falada no país africano. O embaixador do reino, Castelo Ekuikui, atuou como intérprete. O líder tradicional angolano explicou que a visita é uma forma de cumprir um desejo de ancestrais.

OTAN

Rússia abandona tratado sobre controle de armas

Em um mundo cada vez mais beligerante, os pactos globais de segurança caem por terra um a um. Ontem, a Rússia abandonou de vez o Tratado das Forças Armadas Convencionais na Europa. Em resposta, países-membros da Otan suspenderam o acordo horas depois, o que aumenta a preocupação com o futuro do controle de armas.

O CFE, da sigla em inglês, foi assinado em 1990 para evitar que os rivais da Guerra Fria concentrassem forças na fronteira (na prática, impedir ofensivas rápidas). O acordo incluía boa parte dos 31 membros da Otan, que agora afirmam ser "insustentável" mantê-lo sem que a Rússia esteja submetida as mesmas regras.

Moscou, por sua vez, apontou a culpa para os Estados Unidos e aliados pela expansão da Otan ao confirmar a saída do tratado, movimento que ameaça fazer há pelo menos 15 anos. O Kremlin já suspendeu o acordo em 2007 e anunciou a intenção de abandoná-lo em 2015. Também esteve à beira de descumpri-lo no ano passado, quando avançou com suas tropas sobre a Ucrânia, que faz fronteira com três membros da OTAN signatários do tratado: Polônia, Romênia e Hungria.

"As ações da Rússia demonstram o contínuo desrespeito pelo controle de armas", apontou o conselheiro nacional de segurança dos EUA, Jake Sullivan, ao dizer que a suspensão do acordo deve fortalecer a capacidade de defesa da Otan. "Remove as restrições que impactam no planejamento, no desenvolvimento e nos exercícios militares – restrições que não se aplicam mais à Rússia depois da retirada de Moscou", concluiu.

O fim do acordo preocupa especialistas, como William Alberque, do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos: "precisamos administrar a competição para que ela não se transforme em corridas armamentistas", alertou.

O Tratado das Forças Armadas Convencionais entrou para uma lista de acordos abandonados no momento em que o mundo fica mais tenso, com o maior número de guerras em mais de três décadas.

Na semana passada, o presidente Vladimir Putin sancionou a retirada da Rússia do tratado global que proíbe os testes com armas nucleares, firmado em 1996, depois da corrida armamentista que marcou a Guerra Fria. Mais uma vez, Moscou apontou a culpa para os Estados Unidos, que nunca ratificaram o acordo, e disse que estava "espelhando" a posição americana.

Em meio à tensão crescente com Washington, Moscou também abandonou o New Star, o último acordo de controle de armas que ainda tinha com os EUA, depois do fracasso do pacto nuclear de 1987. O Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, assinado por Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev vetava a produção, teste e implantação de mísseis com alcance de até 5 500 quilômetros, mas foi abandonado há cinco anos em meio às acusações de violações dos dois lados.

Inflação ao consumidor de países da OCDE desacelera

A taxa anual de inflação ao consumidor (CPI, pela sigla em inglês) dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desacelerou levemente em setembro, a 6,2%, ante 6,4% em agosto, segundo comunicado divulgado ontem pela entidade.

A OCDE detalhou que o CPI perdeu força entre agosto e setembro em 27 dos 38 países membros. Já a taxa anual do núcleo do CPI – que exclui as voláteis categorias de energia e alimentos – arrefeceu para 6,6% em setembro, de 6,8% em agosto.

No G20, grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo, a taxa anual do CPI diminuiu de 6,3% em agosto para 6,1% em setembro, informou a OCDE.